

# Alternativas inclusivas para surdos no Ensino Superior: um estudo de caso em cursos de Engenharia Florestal

## *Inclusive alternatives for the deaf in Higher Education: a case study in Forest Engineering courses*

<sup>1</sup> Andrea Cruz da Silva dos Santos de Souza

<sup>2</sup> Flávia Alves Pereira

<sup>3</sup> Renan Bastos de Andrade

<sup>4</sup> Thiago Luiz Brites

<sup>5</sup> Luciana Boemer Cesar Pereira

### RESUMO

No Brasil, há 17,3 milhões de pessoas com alguma deficiência, incluindo aproximadamente 2,3 milhões de surdos. Apesar desse número significativo, poucos conseguem ingressar no ensino superior devido às barreiras enfrentadas em ambientes predominantemente frequentados por ouvintes. Entende-se que os ambientes educacionais devem, cada vez mais, reduzir esses obstáculos, garantindo igualdade de oportunidades para todos. O objetivo deste trabalho foi elencar alternativas inclusivas para estudantes surdos nos cursos de Engenharia Florestal, por meio de uma pesquisa quali-quantitativa aplicada como estudo de caso. Foram identificados quatro alunos surdos, que responderam a um questionário via Google Forms, colaborando com a proposição de alternativas inclusivas. O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) está registrado sob o número 68457422.6.0000.0177. O estudo indica que as principais dificuldades enfrentadas foram a falta de materiais adaptados, intérpretes capacitados com domínio sobre os temas abordados e disponibilidade para atender aos alunos em atividades extracurriculares, mesmo com a existência de leis nacionais que garantem o acesso a intérpretes de LIBRAS ou a outras tecnologias assistivas nas instituições de ensino.

**Palavras-chave:** Surdez. Deficiência auditiva. LIBRAS. Ciências agrárias

### ABSTRACT

*In Brazil, there are 17.3 million people with some form of disability, including approximately 2.3 million deaf individuals. Despite this significant number, few manage to enter higher education due to the barriers encountered in environments predominantly attended by hearing individuals. It is understood that educational institutions must increasingly work to reduce these obstacles, ensuring equal opportunities for all. The objective of this study was to identify inclusive alternatives for deaf students in Forestry Engineering programs through a qualitative-quantitative research approach, applied as a case study. Four deaf students were identified and responded to a questionnaire via Google Forms, contributing to the proposal of inclusive alternatives. The Certificate of Ethical Appreciation (CAAE) is registered under number 68457422.6.0000.0177. The study indicates that the main challenges faced were the lack of adapted materials, the absence of qualified interpreters with expertise in the subjects taught, and the limited availability of these interpreters to support extracurricular activities, despite the existence of national laws guaranteeing access to LIBRAS interpreters or other assistive technologies in educational institutions.*

**Keywords:** Deafness. Hearing impairment Brazilian Sign Language (LIBRAS). Agricultural sciences.

1 Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná

2 Doutora em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa

3 Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa

4 Licenciado em Letras-Libras Universidade Tecnológica Federal do Paraná

5 Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo desenvolvimento de trabalhos voltados ao tema da surdez é recente, sendo mais comum pesquisas voltadas para áreas da medicina e pedagogia. De acordo com a visão socioantropológica, esse tema não deve se restringir apenas às questões biológicas, mas também à percepção de mundo e construções de significados (SANTANA, 2015). A deficiência auditiva pode ser definida como a perda total, parcial ou bilateral de mais de quarenta decibéis, aferidos através de exames médicos (MIRANDA; SCHUBERT; MACHADO, 2014).

A fala e a linguagem de uma pessoa, segundo a visão clínica, dependem diretamente de sua audição, sendo assim, a diminuição dessa função poderá ocasionar um déficit de desenvolvimento da fala oral, do aspecto social, cognitivo e emocional (TIENSOLI *et al.*, 2007).

O censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, indicou que havia, aproximadamente, 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, classificadas em “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” ou “alguma dificuldade” para ouvir. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 revelou que 1,1% da população brasileira com 2 anos ou mais tinha surdez ou dificuldades auditivas. Entre os surdos com 18 anos ou mais, 2,9% não tinham instrução ou possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto 0,6% haviam completado o ensino médio ou estavam com o superior incompleto e apenas 0,5% tinham ensino superior completo. Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) relatou em 2023 que, dos 47,3 milhões de alunos da educação básica, 61.594 possuem algum tipo de deficiência relacionada à surdez. No ensino superior, o número de inscrições de alunos com deficiência auditiva, surdez e surdo-cegueira foi de 11.657, em um total de 9.443.597 matrículas em cursos de graduação em 2022. Apesar do grande número de surdos, poucos são os que conseguem avançar em níveis educacionais superiores, não por incapacidade, mas por não encontrarem condições adequadas de equidade junto àquelas sem deficiência.

As ações afirmativas são ferramentas de extrema importância para minorias, pois estas contribuem para uma formação social menos discriminatória. Apesar destas ações estarem cada vez mais presentes em processos seletivos e em organizações, existem outros fatores que influenciarão na decisão de seguir ou não determinada carreira, como por exemplo, a falta de políticas públicas voltadas aos surdos em cursos de bacharelado, ocasionando uma limitação de possibilidades e uma maior procura por cursos de licenciatura os quais, geralmente, oferecem melhores recursos de ensino (ZILLOTTO; SOUZA; ANDRADE, 2018).

O número de pessoas com deficiência que buscam se inserir, ou já inseridos, no mercado de trabalho formal ainda é muito baixo, configurando um grave problema social nacional (VINHAS, 2018). Empresas públicas e privadas buscam a inserção cada vez maior de PcDs (Pessoas com Deficiência), entretanto as vagas muitas vezes não são preenchidas devido à falta de habilidades e competências exigidas. Este fato reforça o quão importante é o papel das instituições de ensino profissionalizante na qualificação dos profissionais PcDs (LORENZO; SILVA, 2017).

A Lei 8.213, instituída em 1991 (art. 93) e conhecida como Lei de Cotas, garante que todas as instituições privadas com mais de cem funcionários, reservem de 2% a 5% de vagas para colaboradores deficientes (BRASIL, 1991). A Lei 8.112, de 1990 (art. 5, inciso II), reforça a inserção destes no mercado de trabalho, com 20% das vagas destinadas às pessoas com deficiência (BRASIL, 1990).

Os artigos 206 e 214 da Constituição Federal de 1988, determinam o dever do Estado na garantia à educação superior, pautados na igualdade de condições e permanência nas instituições de ensino (FEDERAL, 1988), enquanto a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), no capítulo Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (Art. 3º), afirma que o ensino deverá ter como princípios a igualdade no acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996). Para que o acesso adequado ao ensino superior aconteça, é importante que uma análise da trajetória do aluno seja realizada.

Diante do exposto, este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou elencar alternativas inclusivas para surdos no Ensino Superior em cursos de Engenharia Florestal.

## 2 MARCO TEÓRICO

As pessoas surdas percebem o mundo por meio de sinais, figuras e se comunicam por gestos corporais, revelando que a surdez é também uma experiência cultural (MORENO *et al.*, 2020). Para garantir um ensino eficaz para pessoas surdas, é importante entender a condição auditiva do aluno e adaptar o ambiente da sala de aula para promover sua integração no processo de aprendizagem (PROMETI; JUNIOR, 2015).

A Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de interlocução e afirma a obrigatoriedade do poder público em garantir que esta seja adotada em empresas e concessionárias (BRASIL, 2002).

A inclusão social deve ser uma presença constante em nosso cotidiano, permeando os ambientes de estudo, trabalho, lazer, cultura e nossas interações pessoais, sendo um processo contínuo e não apenas temporário. Assim, a educação inclusiva deve ser aplicada desde o ensino fundamental até o ensino superior, assegurando que as pessoas com deficiência não enfrentem novamente situações de exclusão (CAMARGO, 2017).

Em 2017, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) estimulou o pensamento crítico dos candidatos ao abordar o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Indagação necessária para reflexões de uma sociedade constituída em sua maior parte por pessoas ouvintes e pouco inclusiva para aquelas com deficiência auditiva (SILVA; HORA; CARVALHO, 2019).

O interesse de alunos com Deficiência Auditiva (DA) pelas Ciências Exatas tem sido limitado. As primeiras opções são para cursos de Licenciatura, Ciências Humanas e Tecnólogos, respectivamente. Esses resultados evidenciam um maior estímulo das políticas públicas para a formação de professores (ZILLOTTO; SOUZA; ANDRADE, 2018).

O estudante surdo que ingressa em uma universidade enfrenta várias barreiras, superando desafios graças aos conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica (ANSAY, 2010). A comunicação emerge como uma das principais dificuldades, exigindo um esforço contínuo para ser superada. Cruz e Dias (2009) atentam para as dificuldades de comunicação encontradas pelo aluno surdo no ensino superior, sendo os ambientes escolares organizados para ouvintes e por ouvintes, onde não há uma língua compartilhada por esses. Na ausência de uma língua comum a todos, torna-se quase inviável a interlocução surdos-ouvintes, fato que pode gerar outras dificuldades

As instituições precisam estar atentas aos seus processos de ensino e aprendizagem, compreendendo as particularidades relacionadas à surdez, as desigualdades linguísticas e culturais, e como essas diferenças impactam a trajetória acadêmica do indivíduo (BISOL *et al.*, 2010). Além disso, é necessário reavaliar a perspectiva e mudar a abordagem em relação aos alunos com deficiência auditiva, de modo a ajustar suas políticas institucionais e, assim, fundamentar seus princípios de inclusão para todos os alunos (SCHIAVON, 2012).

A pessoa surda é um sujeito político e, assim como qualquer outro, requer que seus direitos sejam verdadeiramente assegurados, tanto em ambientes educacionais quanto sociais. É importante que haja o reconhecimento e empoderamento de sua cultura, de seus corpos e de sua linguagem, a fim de promover mais respeito e reduzir o preconceito (NAVEGANTES; KELMAN; IVENIKI, 2016).

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se classifica como quali-quantitativa, aplicada, com estudo de caso. Souza e Kerbauy (2017, p. 40) comentam que “esses estudos evidenciam discussões densas frente às questões que envolvem a pesquisa qualitativa e quantitativa, assim como, a possibilidades de alternativas a essas duas abordagens, objetivando contribuir com os processos investigativos”.

Inicialmente, foram identificadas todas as universidades brasileiras que oferecem o curso de Engenharia Florestal, utilizando o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o que totalizou 74 cursos. Em seguida, foi realizado um contato por e-mail e/ou telefone com coordenadores de curso, secretarias e/ou Centros Acadêmicos. Após esse contato, foram identificados 4 estudantes surdos em diferentes universidades.

O trabalho foi submetido ao comitê de ética e o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) está identificado pelo número 68457422.6.0000.0177.

Os dados foram coletados por meio de um questionário, aplicado via Google Forms, enviado aos quatro estudantes surdos identificados, que concordaram em participar do estudo. As perguntas eram de múltipla escolha e abordavam informações gerais, como gênero, uso de LIBRAS, período acadêmico e comunicação oral. Além disso, o questionário incluiu questões sobre a interação com os professores, os materiais didáticos disponíveis, os métodos de avaliação, a disponibilidade de monitores e intérpretes, e a infraestrutura. Como informações complementares, foram solicitadas informações sobre a área da Engenharia Florestal de maior interesse e os impactos do Ensino Remoto.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos quatro alunos que responderam ao questionário, dois dos entrevistados são surdos usuários de LIBRAS, enquanto os demais possuem perda auditiva moderada. Três alunos se autodeclararam do gênero feminino e um masculino. Sobre o período letivo, observou-se uma evasão, um aluno formado e um no sétimo período. A resposta obtida pelo quarto participante foi inconclusiva.

Convém destacar que houve evasão de uma aluna do curso de Engenharia Florestal, durante o desenvolvimento desta pesquisa. Silva et al. (2017) reforçam a importância da inclusão social da mulher surda, da necessidade de integrá-las na sociedade, do reconhecimento de outros referenciais de linguagem e a percepção da surdez como cultura, como diferença, e não deficiência.

Com relação a oralidade, metade dos entrevistados se declararam não oralizados, sendo estes os mesmos que utilizam a LIBRAS para se comunicarem. Sobre a disponibilidade de intérpretes de LIBRAS nas disciplinas cursadas, um deles afirmou que havia intérpretes em 100% das disciplinas, um aluno mencionou que recebeu auxílio em mais de 50% delas, enquanto os demais confirmaram que não há intérpretes disponíveis em nenhuma disciplina.

O artigo 21 da Lei 12.319 determina que todas as instituições de ensino, em todos os seus níveis, devem contar com intérpretes de LIBRAS - Língua Portuguesa, a fim de garantir o acesso à informação e comunicação para alunos surdos. É importante que o intérprete tenha conhecimento prévio sobre os assuntos abordados em sala de aula, o que facilita a interação e permite que as dúvidas sejam esclarecidas adequadamente.

Farias, Oliveira e Cenci (2020) afirmam que o tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa tem relevante papel como mediador linguístico para pessoas surdas e impacta diretamente em seu desempenho

intelectual. Além disso, também colaboram com o professor responsável pela disciplina e participam ativamente no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

Neste mesmo contexto, três alunos relataram que há interação com os professores para esclarecer dúvidas, sem a necessidade de intermediação do intérprete. Apesar da boa interação entre os entrevistados e seus professores, é importante a promoção de atividades extracurriculares, para que haja um amplo conhecimento sobre a cultura surda e aumente a possibilidade de interações em caso de ausência de um intérprete.

Três alunos afirmaram que contam com a disponibilidade de monitores. A utilização de monitorias facilita a assimilação do conteúdo transmitido e, conseqüentemente, melhora o desempenho do aluno. No entanto, ressalta-se que metodologias inclusivas devem ser empregadas, permitindo explorar de forma mais eficaz os sentidos visuais e espaciais da pessoa surda (DOS SANTOS et al., 2022).

As respostas às questões sobre monitoria e intérprete indicam que o suporte oferecido pelas instituições é limitado aos momentos de aula e, muitas vezes, restrito a atividades como avaliações, sem atender às demais necessidades, como mencionado em um dos depoimentos: “Dentro da sala há um intérprete, mas fora dela infelizmente quase nada, falta acessibilidade! Ninguém me acompanha caso precisar resolver algo importante, pois falta muitas coisas relacionadas à acessibilidade.” (ALUNO 2).

Cinquenta por cento dos entrevistados relataram dificuldades em compreender o material escrito fornecido pelos professores. Um deles afirmou ter acesso a materiais em LIBRAS, em algumas disciplinas, outro confirmou que não há acesso, enquanto dois disseram que esta disponibilidade não se aplica, ou seja, não é necessária. A construção de materiais em libras é importante para suprir a necessidade destes alunos, sendo este elaborado pela parceria entre professores e intérpretes.

O decreto de nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, art 5º, inciso 4º (BRASIL, 2011), determina que:

A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Este decreto estabelece ferramentas úteis para atender as necessidades de alunos surdos, porém a falta de material didático apropriado para o ensino da Engenharia Florestal em LIBRAS prejudica as vivências acadêmicas, principalmente, daqueles alunos não oralizados.

Quanto à questão adicional sobre o ensino remoto, três dos alunos entrevistados não se sentiram limitados com as aulas no formato online. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo à distância, materiais adequados deverão ser disponibilizar.

Melo *et al.* (2023) afirmam que a pandemia da Covid-19 evidenciou as grandes desigualdades sociais e econômicas no Brasil, afetando a educação dos estudantes, sobretudo os que possuem necessidades educacionais especiais, como os surdos. O ensino remoto foi especialmente desafiador para esses estudantes, que dependem da mediação do tradutor intérprete de LIBRAS. A pandemia fez refletir sobre a necessidade de estratégias facilitadoras para a educação inclusiva e a solidão da aprendizagem dos surdos.

Ao tecer comentários adicionais no questionário, destaca-se o feedback de um aluno que resume algumas das dificuldades enfrentadas: “Eu me sinto incomodado, ruim, não estou bem 100%. Eu já fui prejudicado demais nas disciplinas, palestras, viagens, eventos, reuniões, particular, etc. O intérprete não tem fluência, é muito básico, eu não entendo nada. Como há oportunidade futura de ter conhecimento mais profissional no curso, eu já tentei lutar, reclamar que o intérprete seja formado no curso de Engenharia Florestal, pois, depois que sabe tudo

é mais fácil me explicar de forma mais clara. Infelizmente, não tem como aprender sobre o tema, sem palavras sobre o tema. Não tem como aprender sobre o tema, sem um sinal para aquela palavra. Agora é pior, a parte mais difícil, eu tento ir à reunião, é importante, pedir um intérprete e sempre dizem que não precisa”. (ALUNO 3).

No que diz respeito às áreas de interesse, um dos alunos, que está regular no curso, demonstrou maior afinidade pelas áreas ambientais, de Inventário Florestal e Manejo de Nativas, enquanto outro aluno demonstrou interesse por Geoprocessamento, Mecanização e Microbiologia, que são disciplinas profissionalizantes com muitos termos técnicos e maior complexidade.

Não há um procedimento padronizado para a educação de alunos surdos, porém é relevante compreender as necessidades individuais de cada aluno e adaptar as ementas de forma a integrar suas realidades específicas (REDONDO; CARVALHO, 2000). Para reduzir as barreiras na comunicação, é importante que haja capacitação contínua dos educadores, adaptação das metodologias de ensino, bem como os métodos de avaliação.

A pessoa bilíngue utiliza duas línguas de acordo com o contexto comunicativo em que está inserida, buscando não sobrepor uma cultura à outra, mas sim cultivando um respeito mútuo entre elas. Aguilera e Busse afirmam que (2008, p.13). “não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir” O bilinguismo possibilita o contato entre línguas e culturas que passam a ocupar o mesmo ambiente, trocando suas formas de pensamentos e realidade.

Identificou-se falta de apoio na participação em reuniões, falta de fluência e domínio do tema por parte do intérprete, falta de sinais específicos e falta de compreensão dos conteúdos apresentados. Essas deficiências fizeram com que um discente se sentisse prejudicado, levando, conseqüentemente, à evasão. Em tais situações, é importante contar com um profissional capacitado que compreenda a relevância da participação dos alunos nas atividades de seu interesse. Esse profissional pode auxiliar no estímulo à aprendizagem, tanto pessoal quanto profissional, proporcionando visibilidade às questões relacionadas à surdez e sua cultura. Além disso, as tecnologias assistivas podem ser opções para facilitar interações e construções nos espaços acadêmicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações com impacto significativo na vida das pessoas surdas estão se tornando cada vez mais acessíveis devido ao avanço das tecnologias assistivas. É relevante que haja interesse em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da mesma maneira que qualquer outro idioma. Embora empresas públicas e privadas estejam gradualmente ampliando suas oportunidades de emprego para pessoas com deficiência, a falta de escolaridade, resultado das barreiras educacionais enfrentadas por essa parcela da população, ainda limita as perspectivas de muitos candidatos.

As instituições precisam fornecer intérpretes capacitados para garantir que as disciplinas sejam transmitidas de forma justa e compreendidas de maneira eficaz. É importante que esses alunos possam participar de reuniões, congressos, centros acadêmicos, empresas juniores, atléticas e de quaisquer outras atividades oferecidas pela universidade.

Muitos termos técnicos da área não possuem sinais específicos em LIBRAS, o que dificulta sua interpretação, uma vez que soletrar nem sempre é a melhor forma de explicação. Isso ressalta a importância de promover a diversidade e a inclusão nos ambientes educacionais, bem como de integrar a diversidade no contexto social da sustentabilidade.

O número de alunos surdos matriculados no curso de Engenharia Florestal, que atualmente são dois, indica a necessidade de reforçar a implementação de políticas, programas e metodologias inclusivas. Ainda há

muitas barreiras no âmbito educacional que dificulta o acesso de pessoas surdas a ingressarem no ensino superior e, conseqüentemente, no mercado de trabalho formal.

É preciso que o curso de Engenharia Florestal seja divulgado e compreendido pelas minorias, pois a temática de diversidade e inclusão ainda é um tema pouco abordado e com escassos trabalhos desenvolvidos nessa área.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A.; BUSSE, S. Contato lingüístico e bilingüismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação lingüística. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 11-25, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1704>. Acesso em: 8 abr. 2024.

ANSAY, N. N. A inclusão de alunos surdos no ensino superior. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 1, p. 120–136, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/174/175>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 ago. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213compilado.htm). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL, Constituição; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, p. 27833-27833, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12 jul. 2023.

**BRASIL, Lei de Diretrizes. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 1, p. 23-23, 2002.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%A9ngua%20Brasileira,Libras%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%A9ngua%20Brasileira,Libras%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 30 out. 2023.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B.; SIMIONI, J. L.; ZANCHIN, J.; DINHAM, R. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PWzSW9ZCtGWQFRztD85gQFN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1–6, Bauru, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CRUZ, J. I. G. da; DIAS, T. R. da S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.15, n. 1, p. 65 - 80, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F4nkqf6XTyzkhVkJ7RcLPfS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2024.

DOS SANTOS, R. S.; CORRÊA, V. C.; DOS SANTOS, R. C.; QUEIROZ, W. A.; PINHEIRO, N. C.; PEREIRA, F. M.; GARCIA, A. S. P.; PEDREIRA, E. N. Atividade de monitoria de aluna surda em um curso de odontologia de uma Universidade Federal no Brasil: relato de experiência. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 9, p. 64724–64736, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52596>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FARIAS, M. D.; OLIVEIRA, F. K.; CENCI, A. Performance of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) interpreter translator in higher education: implications in the inclusive education discipline. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista v. 9, n. 1, p.e171911843, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1843>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FEDERAL, Senado et al. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado**, p. 28, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião, e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2022/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2022/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

LORENZO, S. M.; SILVA, N. R.. Contratação de Pessoas com Deficiência nas Empresas na Perspectiva dos Profissionais de Recursos Humanos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 23, n. 3, p. 345–360, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/6wFvTLyWvZCC9y9CZDGQpqb/#>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MELO, S. M. S. de; ANDRADE, Y. de F. N.; ONOFRE, E. G.; BRAGA, D. S.; DE MAMAN, A. dos S. Desafios de tradutores intérpretes de libras e estudantes surdos nas aulas remotas em tempos de pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 42, p. 481-494, Boa Vista, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1547>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MIRANDA, R. S. de; SCHUBERT, C. O.; MACHADO, W. C. A. A comunicação com pessoas com deficiência auditiva: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1695-1706, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750770037.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MORENO, R. S. dos R.; SILVA, N. C. S.; OLIVEIRA, V. S.; DA SILVA, J. G. Tecnologias assistivas na comunicação de pacientes com deficiência auditiva em serviços de saúde no Brasil / Assistive technologies in communicating patients with hearing disabilities in health services in Brazil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 58079-58101, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14988>. Acesso em: 9 abr. 2024.

NAVEGANTES, E.; KELMAN, C. A.; IVENIKI, A. Perspectivas multiculturais na educação de surdos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 24, p. 76, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275043450076.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.



PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: Ciclos de vida: Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, [Ministério da Saúde]**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PROMETI, D.; JUNIOR, G. C. EAD e o ensino de Libras: o caso da Universidade de Brasília (UnB). **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 161–178, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v24n44/0104-7043-faeeba-24-44-00161.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

REDONDO, M.C.; CARVALHO, J. M. Deficiência auditiva. Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância. **Caderno da TV Escola**, Brasília, n.1, 64 p., 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas. **Summus Editorial**, São Paulo, 19 p., 2015. Disponível em: <https://www.gruposummus.com.br/wp-content/uploads/primeiras-paginas/60096.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SCHIAVON, D. N. **Prática pedagógica com alunos surdos: sala de recursos e classe comum**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/90116>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

SILVA, A. S. F.; FORTUNATO, C. M. R. C.; COSTA, L. V. S.; RIBEIRO, M. C. C. M.; CAVALCANTE, M. M.; AMORIM, G. A invisibilidade da mulher surda: a informação enquanto privilégio. In: I JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: PRODUZINDO CONHECIMENTO E INTEGRANDO SABERES, p. 347-364, 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: [https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/28\\_invisibilidade\\_da\\_mulher\\_surda.pdf](https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/28_invisibilidade_da_mulher_surda.pdf). Acesso em: 21 nov. 2023.

SILVA, J. C. da; HORA, H. R. da; CARVALHO, R. A. de. Prospecção tecnológica para a comunicação imediata entre surdos e ouvintes. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 4, 2019. DOI: 10.5216/rs.v4.57913. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/57913>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313>. Acesso em: 25 abr. 2024.

TIENSOLI, L. O., GOULART, L. M. H. DE F., RESENDE, L. M. DE ., COLOSIMO, E. A. Triagem auditiva em hospital público de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: deficiência auditiva e seus fatores de risco em neonatos e lactentes. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1431–1441, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000600018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pXVnKHfHgR7bhs8HRCcS46k/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 21 nov. 2023.

VINHAS, H. M. S. O Interpretador de libras e o seu papel como mediador na seleção de pessoas com deficiência auditiva. **Especialize On-Line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 16, 2018. Disponível em: <https://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07015618/haila-maltez-santana-vinhas-710111314.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ZILLOTTO, D. M.; SOUZA, D. J.; ANDRADE, F. I. Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 727-740, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X28482>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28482>. Acesso em: 10 jun. 2023.